



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)

Secretaria Executiva

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 104ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2016

1 Em 14 de dezembro de 2016, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte, Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
5 suplentes: o presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente
6 e Desenvolvimento Sustentável, e os suplentes Germano Luis Gomes Vieira e
7 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho. Representantes do poder público estadual:
8 Ivânia Moraes Soares, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
9 (Seplag); Luciano Vasconcelos Trindade, da Secretaria de Estado de Agricultura,
10 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da
11 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e
12 Ensino Superior (Sedectes); Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência
13 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do
14 Estado de Minas Gerais (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da
15 Secretaria de Estado de Saúde (SES); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de
16 Estado de Turismo (Setur); Inês Tourino Teixeira, da Secretaria de Estado de
17 Educação (SEE); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria de Estado de
18 Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José Alvarenga, do Ministério Público
19 do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder público municipal:
20 Thaís Mol Vinhal, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Daniele Vieira Silva,
21 da Prefeitura Municipal de Contagem; Vítor de Andrade Coelho, da Prefeitura
22 Municipal de Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio
23 São Francisco); Rodrigo Teixeira Bicalho, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Luiz
24 Francisco Belini, da Prefeitura Municipal de Ipatinga (representantes dos
25 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Diomar Fagundes Alves, da
26 Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos municípios da Bacia
27 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul). Representantes dos usuários de recursos
28 hídricos: Ana Maria Laque Marinho, da Companhia de Saneamento Municipal de
29 Juiz de Fora (Cesama); Jean de Carvalho Breves, da Companhia Energética de
30 Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento
31 de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira e Ana Paula Bicalho de
32 Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
33 (Faemg); Wagner Soares Costa e Odorico Pereira de Araújo, da Federação das
34 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irany Maria de Lourdes Braga e
35 João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles
36 de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);
37 Jadir Silva Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas

38 Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação Mineira dos Criadores de
 39 Tilápia. Pedro Luis Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes
 40 de associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e
 41 melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para
 42 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Maria Teresa Viana de
 43 Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias
 44 Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva atuação
 45 em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
 46 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Vítor Lages do Vale, do Conselho
 47 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Admilson Martins Diniz, da Ordem
 48 dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Alberto de Freitas, da Associação
 49 Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de universidades,
 50 instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado e com atuação
 51 nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou educação ambiental:
 52 Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Leonardo
 53 Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**
 54 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Dispensada a execução do Hino Nacional
 55 Brasileiro em virtude de já ter sido feita na reunião conjunta COPAM/CERH
 56 realizada nesta data. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Germano Luis
 57 Gomes Vieira declarou aberta a 104ª reunião do Plenário do Conselho Estadual
 58 de Recursos Hídricos. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve
 59 manifestações. **4) MINUTA DE DELIBERAÇÃO CERH PARA EXAME E**
 60 **DELIBERAÇÃO. 4.1) Minuta de Deliberação CERH/MG que aprova a atuação**
 61 **supletiva do IGAM para estruturar e operacionalizar os Comitês de Bacias**
 62 **Hidrográficas que não tenham instituídas Agência de Bacia ou entidades a**
 63 **eles equiparadas. Apresentação: IGAM.** Minuta de deliberação normativa
 64 aprovada por unanimidade nos termos apresentados pelo IGAM, com inclusão de
 65 Parágrafo Único no Artigo 1º, com a seguinte redação: “No prazo de 2 (dois) anos
 66 da publicação desta Deliberação, o IGAM procederá a reavaliação da situação
 67 que enseja a autorização prevista no Caput.” A inclusão do Parágrafo Único no
 68 Artigo 1º foi aprovada por maioria. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
 69 Corujo registrou abstenção de voto justificando que não teve tempo para estudar
 70 a fundo a minuta de DN. O conselheiro Wagner Soares Costa registrou a
 71 seguinte declaração de voto contrário à inclusão do Parágrafo Único no Artigo 1º:
 72 “No destaque, eu já declaro o meu voto de que não concordo, porque ter
 73 cobrança ou não ter cobrança não é condição sine qua non para a existência do
 74 Comitê. É a vontade do Comitê. Se, de repente, o pessoal do Comitê resolver
 75 que não, não tem. É discricionário do Comitê ter ou não cobrança. Da mesma
 76 forma que o órgão gestor, como gestor da Política de Recursos Hídricos, tem por
 77 obrigação incentivar o Comitê a operar de acordo com a lei. E é manter o rio vivo,
 78 limpo, claro. Se não estiver fazendo isso, com ou sem cobrança, o IGAM, com
 79 certeza, vai ter critérios para suspender o benefício ou continuar com o benefício.
 80 Por isso que eu acho que é temeroso colocar dois anos ali, e depois haver uma

81 discussão como essa novamente e chegarmos à conclusão de que nós vamos
82 precisar continuar a dar o dinheiro para ele lá. Eu acho que vamos ter Comitês
83 que vão ter cobrança 'depois de amanhã', porque, economicamente, é viável e
84 porque o uso da água na bacia precisa ser penalizado quando em excesso ou de
85 acordo com o mau uso. Se não houver isso, não tem razão de ter cobrança.” 5)
86 **ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. 6) **ENCERRAMENTO.** Não
87 havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente suplente Germano Luis
88 Gomes Vieira declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

89
90 **APROVAÇÃO DA ATA**
91

92
93 **Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**

94 Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e
95 Presidente Suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG
96